



Trabalho, Educação e Saúde

Por uma economia política da saúde de perspectiva marxista para compreender a natureza capitalista do Estado brasileiro

MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo (org.). Economia política da saúde: uma crítica marxista contemporânea. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2022. 290 p.

Thauanne de Souza Gonçalves¹

O momento de escrita desta resenha é bastante significativo para os pesquisadores marxistas da saúde. Em junho do presente ano (2025) os organizadores do livro, com seus grupos de pesquisas e outros de diversos lugares do país, fundaram a Rede de Pesquisa Marxista na Saúde (RPMS). Essa iniciativa surgiu no I Colóquio de Grupos de Pesquisas Marxistas na Saúde, que pretendia trazer para o centro dos debates a questão do Estado brasileiro como reprodutor da sociabilidade capitalista e a sua relação com os problemas do Sistema Único de Saúde (SUS). Na Carta de São Paulo, documento fundador da RPMS, os grupos estabelecem como objetivo “assegurar um espaço permanente de produção científica coletiva e resistência teórico-política frente às contradições e violências da relação Estado e capital que atingem nossos modos de viver, com fortes ataques à saúde pública universal” (Rede de Pesquisa Marxista na Saúde, 2025, p. 5).

É justamente esse esforço de “resistência teórico-política”, que agora ganha novo fôlego com a criação da RPMS, que se encontra na obra “Economia Política da Saúde: uma crítica marxista contemporânea”, publicada em 2022. Nela, Áquilas Mendes e Leonardo Carnut organizam em sete capítulos uma coletânea que pretende contrapor “a perspectiva marxista ao pensamento reificado da Economia da Saúde” (p. 11), como traduz perfeitamente Plínio de Arruda Sampaio Jr. no prefácio do livro.

RESENHA

<https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs3810>

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social. Rio de Janeiro, Brasil.

thauannesg@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7339-4149>

Como citar: GONÇALVES, Thauanne S. Por uma economia política da saúde de perspectiva marxista para compreender a natureza capitalista do Estado brasileiro. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 24, 2026, e03810320. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs3810>

Recebido: 04/12/2025
Aprovado: 04/12/2025



O surgimento da Saúde Coletiva como campo científico no Brasil foi amplamente orientado pelo materialismo histórico e pela economia política. Por isso, na produção científica de suas primeiras décadas de existência predominavam as análises que compreendiam a saúde dentro da vida política nacional, com referencial teórico robusto e profundo, majoritariamente marxista. Contudo, a partir dos anos de 1990, a hegemonia neoliberal passou a predominar também nos referenciais teóricos das produções do campo. As discussões sobre o Estado, o mercado e a sociedade deram lugar a produções com baixa densidade teórica, que buscam explicar pedaços de uma totalidade, sem ousar compreendê-la como tal, restando quase esquecida a economia política da saúde como teoria e método (Alves, Carnut e Mendes, 2019; Levcovitz, 2022; Mendes *et al.*, 2017).

Por isso, a totalidade da dinâmica capitalista que o livro busca alcançar é tão relevante na contemporaneidade. O cenário em que os textos foram escritos foi a culminância das crises capitalistas que se desvelaram durante a pandemia de covid-19, mas que no Brasil vinham se exacerbando sobremaneira desde o golpe de 2016. De forma geral, os autores compreendem que o governo Bolsonaro deve ser caracterizado como neofascista e que a radicalização neoliberal das políticas atuais constitui a fase do ultraneoliberalismo. Como referencial teórico marxista, os autores se apoiam sobretudo nos debates sobre a derivação do Estado e da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Partindo dessas premissas comuns, os capítulos são apresentados sob diferentes enfoques, e juntos compõem um olhar sobre o Estado brasileiro e sua relação com as políticas de saúde que permite a compreensão sobre como as crises são advindas das contradições do capital.

No primeiro capítulo, Mendes e Carnut oferecem aos leitores um “repertório intelectual” (p. 64) proveniente da economia que não costuma ser de amplo conhecimento dos profissionais de saúde. Ressaltam que no campo da Economia Política não existe neutralidade na produção de conhecimento, e o que se convencionou chamar de neutro é uma interpretação da realidade pautada ideologicamente pelo referencial neoclássico. Defendem que a economia é relevante para quem estuda a saúde, apesar de não ser reconhecida como tal, afinal a saúde interage com o padrão do desenvolvimento capitalista.

Os autores percorrem inicialmente o desenvolvimento do campo da Economia da Saúde no país articulando-o com os elementos históricos e a implementação do SUS. Apresentam em seguida os pensadores da Economia Política em geral e sua vertente de interpretação da Saúde, destacando a inovação surgida com o pensamento de Marx, cuja abordagem, defendem, é a única capaz de analisar a realidade como um todo. Por fim, perpassam a produção acadêmica da Economia da Saúde no país para demonstrar a submissão ao pensamento neoclássico e a atual predominância de estudos microeconômicos.

A seguir, no segundo capítulo, Hugo Rezende Tavares parte de textos de autores relevantes no “debate da derivação” do Estado para discutir sobre a sua essência mediante as formas do capital. O autor nos convida a pensar o Estado para além de sua aparência de defensor do bem-comum, que é amparada na ideologia da propriedade privada, da liberdade e da igualdade. Busca, ao contrário, apreender a sua essência, que consiste em uma forma fundamental para mascarar e garantir as relações de exploração da sociedade capitalista.

Após esses capítulos que assentam as bases teóricas para a compreensão do campo da economia e da função do Estado capitalista, no terceiro capítulo Áquilas Mendes trata da realidade da crise capitalista contemporânea, abordando suas diversas dimensões: econômica, sanitária e ecológica, e sua expressão na política, que teve como resultado a ascensão do neofascismo de Bolsonaro. O autor rememora o trágico encontro da conjuntura política brasileira e da crise do direito à saúde expressa pelo desmonte do SUS com a pandemia de covid-19. O capítulo fornece um sólido referencial para pensar aquele momento político e econômico do país, encerrando com uma análise específica do “Previne Brasil” e suas mudanças no financiamento da Atenção Básica, que pretendiam contribuir para o “desmonte da universalidade do SUS” (p. 143).

Em seguida, o quarto capítulo apresenta uma análise de Leonardo Carnut sobre o SUS como alvo do governo neofascista de Bolsonaro. O autor situa esse momento político no cenário de crise capitalista global e apresenta o fascismo como a forma política do Estado que emerge das grandes crises para preservar a ordem burguesa. Nos países dependentes o neofascismo se expressa de forma autodestrutiva e, no caso de Bolsonaro, atuou para fortalecer a fração da burguesia associada aos interesses do imperialismo. Essa conjuntura reverberou profundamente no SUS, sobretudo na crise da covid-19, que permitiu elevar o lucro do setor privado a montantes extraordinários.

O quinto capítulo, escrito por Elaine Behring, aprofunda o debate sobre o financiamento do SUS ao analisar as implicações dos ajustes fiscais permanentes sobre o fundo público nacional. A autora evidencia o subfinanciamento crônico do setor, agravado após 2016 e mantido mesmo durante a pandemia. Também oferece elementos fundamentais para compreender essa realidade, discutindo a dívida pública, a questão tributária e examinando em detalhes o orçamento federal de 2021, em que sobressai a questão das emendas parlamentares. Behring ainda apresenta de forma minuciosa a lógica do ajuste fiscal permanente, intrinsecamente vinculada à crise, à ascensão do neofascismo e às políticas ultraneoliberais tratadas nos capítulos anteriores.

Na sequência, o sexto capítulo, escrito por Lúcia Guerra, trata da alimentação no período da pandemia como ponto de partida para denunciar como o modo de produção capitalista se utiliza da “tríade alimento-mercadoria-doença” como controle social e evidencia como duas questões centrais têm sido relegadas nesse debate: a indústria alimentícia e o agronegócio. A autora percorre a história da alimentação dos trabalhadores para elucidar sua relação com a sociabilidade capitalista, chegando até a pandemia de covid-19 e a fome que seus efeitos trouxeram, para demonstrar que os sistemas agroalimentares têm profunda relação com a saúde pública contemporânea.

Por fim, o sétimo capítulo do livro traz o olhar de Carlos Octávio Ocké-Reis sobre a alternativa ao bolsonarismo. O autor aponta o governo Bolsonaro como principal culpado pela gravidade da pandemia no país, sobretudo pela continuidade da aplicação de medidas de austeridade fiscal mesmo no momento de calamidade pública. Elenca pontos centrais sobre a conjuntura para permitir uma análise da esquerda sobre como se organizar para enfrentar essa realidade.

Diante do exposto, essa coletânea oferece aos profissionais de saúde conceitos econômicos e perspectivas teóricas ricas e complexas de forma acessível, contribuindo amplamente para estimular o pensamento crítico de abordagem marxista na área da saúde. O livro pode servir como uma “caixa de ferramentas” conceituais e teóricas para que seja consultado ao se pensar na economia política da saúde.

Apesar de diversas menções a conceitos relacionados à TMD e à dependência brasileira, considero que o livro não tratou desse referencial teórico de forma aprofundada, e compreendo que tampouco tinha esta intenção. Entretanto, entendo que a TMD e particularmente a categoria da superexploração da força de trabalho têm um potencial explicativo que poderia aprofundar o debate para tratar das condições de vida da classe trabalhadora e da luta de classes no país na referida conjuntura (Castro e Gonçalves, 2023; Rodrigues et al., 2025). Contudo, a despeito de enfoques e escolhas teóricas, a coletânea fornece um arcabouço robusto de uma análise marxista na Saúde Coletiva que nos mobiliza para ampliar a agenda de pesquisa pautada na crítica marxista da economia política da saúde.

Informações da resenha

Editora de resenhas

Regimarina Soares Reis

<https://orcid.org/0000-0002-2741-4380>

Editora científica

Bárbara Bulhões

<https://orcid.org/0000-0001-6462-0012>

Referências

- ALVES, Daniel F. A.; CARNUT, Leonardo; MENDES, Áquilas. Dimensionamento da “economia política” na “economia da saúde”: para refletir sobre o conceito de sustentabilidade. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 43, p. 145-160, 2019. Número Especial. <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S513>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/zGMLhZFXLLBGmYRrmgCmmN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 nov. 2025.
- CASTRO, Eduardo L.; GONÇALVES, Thauanne S. A superexploração, os trabalhadores da enfermagem e o sistema único de saúde. *Temporalis*, Brasília, v. 23, n. 45, p. 217-233, 2023. <https://doi.org/10.22422/temporalis.2023v23n45p217-233>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/40335>. Acesso em: 9 ago. 2023.
- LEVCOVITZ, Eduardo. Contribuições da pesquisa sobre o Complexo Econômico-Industrial da Saúde ao projeto político-pedagógico da Saúde Coletiva. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 38, p. e00224720, 2022. Suplemento 2. <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT224720>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/gNnz4VX7VmvYRRb5hSpd7fR/?lang=pt>. Acesso em: 8 mar. 2025.
- MENDES, Áquila et al. A contribuição do pensamento da saúde coletiva à economia política da saúde. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 841-860, 2017. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902017170748>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/KJkFrTHvxHxrLTxft6tqcYn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 nov. 2025.
- REDE DE PESQUISA MARXISTA NA SAÚDE. Carta de São Paulo: I Colóquio de Grupos de Pesquisas Marxistas na Saúde. *Crítica Revolucionária*, São Paulo, v. 5, p. e001-e001, 2025. https://doi.org/10.14295/2764-4979-RC_CR.2025.v5.134. Disponível em: <https://criticarevolucionaria.com.br/revolucionaria/article/view/134>. Acesso em: 17 nov. 2025.
- RODRIGUES, Paulo H. A. et al. Subdesenvolvimento e saúde, um olhar a partir da Teoria Marxista da Dependência. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. e350213, 2025. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312025350213pt>. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/physis/2025.v35n2/e350213/>. Acesso em: 17 nov. 2025.